

TERMOS DE REFERÊNCIA

4/H/S/25

ÍNDICE

Cláusula 1.ª Objeto e Modalidade do Concurso	2
Cláusula 2.ª Entidade Adjudicante.....	2
Cláusula 3.ª Órgão Competente	2
Cláusula 4.ª Júri do Procedimento.....	2
Cláusula 5.ª Disponibilização do processo de concurso	3
Cláusula 6.ª Inspeção do Local de Intervenção.....	3
Cláusula 7.ª Concorrentes e impedimentos	4
Cláusula 8.ª Documentos de identificação	4
Cláusula 9.ª Documentos que materializam os trabalhos de conceção	4
Cláusula 10.ª Modo de Apresentação dos Documentos	5
Cláusula 11.ª Lugar e data-limite para a apresentação dos documentos	6
Cláusula 12.ª Apresentação de vários projetos	6
Cláusula 13.ª Critérios de Avaliação/Seleção das propostas/projetos	6
Cláusula 14.ª Critério de desempate	8
Cláusula 15.ª Abertura dos invólucros.....	9
Cláusula 16.ª Exclusão	9
Cláusula 17.ª Prémios	9
Cláusula 18.ª Concretização do Procedimento	10
Cláusula 19.ª Documentos de Habilitação.....	10
Cláusula 20.ª Direitos de Autor.....	11
Cláusula 21.ª Destino dos Elementos Entregues	11
Cláusula 22.ª Notificações e Comunicações	11
Cláusula 23.ª Encargos dos Concorrentes	11
Cláusula 24.ª Contagem dos Prazos	11
Cláusula 25.ª Legislação aplicável	12
Cláusula 26.ª Anexos.....	12
Anexo II – Declaração De Participação	13
Anexo III - Declaração Relativa À Autorização Para Exposição Da Proposta.....	14
Anexo IV - Modelo De Declaração.....	15
Anexo I - Programa Preliminar.....	16

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

Cláusula 1.ª Objeto e Modalidade do Concurso

1. O Presente Concurso Público tem como objeto a seleção de 1 (um) trabalho de conceção no domínio artístico, para a “**Realização e Implantação de Obra de Arte Escultórica em Espaço Público – em Vale De Ílhavo, sobre o Tema: Cardadores**”.
2. Todos os trabalhos de conceção e execução do presente concurso devem observar os requisitos constantes nestes termos de referência e seus anexos.
3. O procedimento adotado, no âmbito do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, é o de Concurso Público de Conceção, nos termos dos artigos 219.º-A e seguintes, com o código CPV 92311000 – Obras de Arte.
4. O Município de Ílhavo tem intenção de celebrar um contrato de prestação de serviços, por ajuste direto, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, ao trabalho de conceção para a criação de uma “Escultura Cardadores” classificado em primeiro lugar.
5. O presente concurso decorre sob anonimato.

Cláusula 2.ª Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é o Município de Ílhavo, sito na Avenida 25 de abril, 3830-044, Ílhavo, com o endereço de correio eletrónico geralcmi@cm-ilhavo.pt, com o contacto telefónico 234329600 e site www.cm-ilhavo.pt

Cláusula 3.ª Órgão Competente

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, João António Filipe Campolargo, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril.

Cláusula 4.ª Júri do Procedimento

1. O presente concurso é conduzido pelo Júri, nomeado por despacho do órgão competente para a decisão de contratar, o qual é composto pelos seguintes membros:

Membros Efetivos:

- i. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, João António Filipe Campolargo, que presidirá
- ii. Prof. Doutor Gonçalo Gomes, departamento DeCA, da Universidade de Aveiro
- iii. Arquiteto Paulo Lousinha, vencedor da 1.ª Edição - Ano 2023 (obras referentes a 2019 a 2023) do Prémio Municipal de Arquitetura – António Sarrico
- iv. Ordem dos Engenheiros e a sua Delegação Distrital de Aveiro, representada pelo Eng. Civil, José Miguel Cardoso Vieira Ferreira Estrela
- v. Presidente de direção de “Os Cardadores de Vale de Ílhavo - Associação Cultural e Recreativa”, João Francisco Ferreira Pinho

Membros Suplentes:

- vi. Vereadora do Município de Ílhavo, Assunção Mariana Carlos Ramos
- vii. Técnico Superior, da Câmara Municipal de Ílhavo da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Paulo Jorge Lopes Anes

2. O júri inicia as suas funções no dia útil subsequente ao envio do Anúncio para publicação.
3. O Júri do concurso exercerá as suas funções de acordo e conforme o estabelecido no artigo 68.º do CCP.

4. Ao júri compete apreciar os trabalhos de conceção e elaborar o relatório, do qual deverá constar avaliação e a ordenação dos trabalhos, bem como a exclusão dos trabalhos apresentados em violação das regras constantes nos presentes termos de referência.
5. As deliberações do júri relativas à ordenação dos trabalhos e à exclusão dos mesmos, por incumprimento do disposto nos presentes termos, têm carácter vinculativo para a entidade adjudicante, não podendo, em qualquer caso, ser alteradas após conhecida a identidade dos concorrentes.
6. O Júri reserva-se o direito de não atribuir qualquer prémio caso considere que a qualidade ou conteúdo das propostas não o justifique.

Cláusula 5.ª Disponibilização do processo de concurso

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite aos interessados efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento desde o dia da publicação do anúncio em *Diário da República* até ao termo do prazo para a apresentação dos trabalhos, de forma livre, completa e gratuita.
3. Os interessados têm de efetuar obrigatoriamente o registo na plataforma eletrónica *acinGov*, para terem acesso a todas as notificações e comunicações a realizar durante o procedimento.
4. As dúvidas eventualmente emergentes do processo de registo, referido no número anterior, poderão ser esclarecidas pelo serviço de apoio da plataforma eletrónica *acinGov*, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt, ou através do telefone 707 451 451.
5. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri, os interessados e os concorrentes serão efetuadas através da plataforma eletrónica *acinGov*.
6. As Peças do Procedimento encontrar-se-ão igualmente disponíveis para consulta dos interessados, a partir da data referida no número 2 até ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, no Gabinete de Atendimento Geral da Câmara Municipal de Ílhavo, nos dias úteis, durante o seu horário habitual de atendimento ao público.
7. Qualquer interessado que tenha acesso às Peças do Procedimento, independentemente da sua apresentação de proposta ou não, não poderá utilizar os elementos disponibilizados para fins diversos dos estipulados nos presentes Termos de Referência.

Cláusula 6.ª Inspeção do Local de Intervenção

1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados poderão visitar livremente o local de intervenção.
2. Sem prejuízo das informações fornecidas nas Peças do Procedimento, entende-se que, com a apresentação da sua proposta, o Concorrente se inteirou das condições do local, tendo procedido a todas as avaliações, indagações e medições para o efeito necessárias, tendo inclusivamente procedido à verificação de todos os factos e circunstâncias relevantes no âmbito do presente procedimento.

Cláusula 7.ª Concorrentes e impedimentos

1. Podem apresentar propostas de conceção todas as pessoas singulares ou coletivas que, sejam detentoras de capacidade técnicas para a boa prossecução da ideia/projeto proposto, por si ou por interposta pessoa.
2. Não podem ser concorrentes as entidades singulares ou coletivas que se encontrem em qualquer situação de impedimento legal, de acordo com o disposto no artigo 55º do CCP e no artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo (CPA).
3. Estão ainda impedidos de concorrer, ou de colaborar a qualquer título com um concorrente, os membros do Júri, colaboradores, peritos e consultores do mesmo, funcionários e agentes do Município de Ílhavo, bem como outras entidades, singulares ou coletivas, que, por quaisquer circunstâncias, tenham tido acesso a informação privilegiada relativa ao presente procedimento.

Cláusula 8.ª Documentos de identificação

1. Os concorrentes devem apresentar, obrigatoriamente, no invólucro “**concorrente**” os seguintes documentos:
 - a) Declaração de participação conforme **Anexo II** ao presente Termos de Referência.
 - b) Declaração relativa à autorização para exposição da proposta, emitida conforme o modelo constante do **Anexo III** aos presentes Termos de Referência.
2. Os documentos referidos, devem ser assinados pelo concorrente ou por representante(s) que tenha(m) poderes para o(s) obrigar.

Cláusula 9.ª Documentos que materializam os trabalhos de conceção

Documentos que os concorrentes devem apresentar, obrigatoriamente, no invólucro “**trabalho**”:

1. Memória Descritiva e Justificativa da Proposta Apresentada: Texto que descreva e esclareça, justificando, tendo em atenção os pressupostos estabelecidos no Anexo I (Programa Preliminar) a adequação aos Princípios Orientadores e aos Critérios de Avaliação/Seleção das propostas/projetos, na qual deve constar:

- 1.1. Descrição e justificação da proposta e conceito subjacente à conceção da Escultura (critérios gerais enquanto solução original e inovadora, na sua relação com a envolvente urbana e com a temática abordada).
- 1.2. Descrição da proposta ao nível construtivo e de materiais, especificando as características e soluções técnicas (processo de execução, medidas, técnicas, materiais de construção e acabamento, elementos elétricos) face às exigências de segurança, durabilidade, manutenção, valor da peça e vida útil).
- 1.3. Descrição das soluções preconizadas pelas especialidades intervenientes, nomeadamente, projeto elétrico e de segurança.

2. Planta de Implantação: Indicação precisa da implantação da obra no espaço indicado pelo Município na escala 1:100.

Os concorrentes podem entregar proposta de um local alternativo e da responsabilidade do autor na escala 1:100, no entanto têm de apresentar sempre proposta base para o local indicado pelo Município de Ílhavo.

3. Documentos gráficos e desenhados: Os documentos gráficos e desenhados, serão em número adequado para boa compreensão do projeto, considerando-se para o efeito:

3.1. Desenhos técnicos (plantas, cortes e alçados), desenhos em perspetiva, fotografias de maquetes ou fotomontagens, simulações 3D (resolução mínima de 300 dpi) que permitam uma leitura integrada da obra proposta e relação com a envolvente.

3.2. Os desenhos técnicos têm de ser apresentados em formato digital que permita a visualização e as medições (DWG; DXF; DWFx, ou PDF vetorial) nas escalas que o autor considere mais convenientes: 1:100, 1:50, 1:20 ou superiores para o projeto de execução mais pormenorizado.

4. Estimativa do Custo e Prazo de execução:

4.1. **Custo de Execução:** Documento que esclareça o custo total da obra (escultura) implantada no sítio com os arranjos exteriores concluídos. Inclui qualquer das fases do processo nomeadamente subsequentes estudos e projetos de execução adicionais considerados necessárias para o desenvolvimento criativo, produção/execução e implementação da Escultura.

4.2. **Prazo de Execução:** Documento que esclareça o prazo final de execução e implementação da Escultura no sítio, incluindo os arranjos exteriores.

5. Plano de Manutenção: na forma de manual que especifique os requisitos para a boa manutenção do Escultura, com referência a métodos, produtos e materiais a utilizar, periodicidade das ações e quaisquer interdições aplicáveis (materiais e/ou ações).

6. Painéis formato A1: num máximo de 2, leves (tipo "K-line) com orientação vertical, utilizados numa só face, com identificação do nome do concurso, por forma a promover uma boa compreensão da proposta de forma sintética, podendo utilizar elementos gráficos e escritos que o autor considere convenientes para o efeito. O autor aceita sem reservas, nomeadamente de autoria e/ou propriedade, que os painéis possam vir a servir também para possível divulgação pública e/ou exposições.

7. Documentos que instruem a proposta: devem ser apresentados, simultaneamente, em suporte papel e digital (Pen ou CD).

8. Documentos digitais: devem conter os seguintes elementos:

8.1. Ficheiros dos painéis apresentados, em formato PDF ou JPEG, com 300 dpi de resolução;

8.2. Ficheiros autónomos, com as várias peças escritas, gráficas e desenhadas, nomeadamente a Memória Descritiva e Justificativa, em formato PDF, com uma resolução mínima de 300 dpi;

Cláusula 10ª Modo de Apresentação dos Documentos

1. Os documentos previstos na cláusula 9.ª, devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**TRABALHO**» e a designação do presente concurso.

2. Os documentos previstos na cláusula 8.ª, devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**CONCORRENTE**» e a designação do presente concurso.

3. Os dois invólucros referidos nos números anteriores são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina «**Invólucro exterior**», no qual se deve indicar apenas a designação do presente concurso – “Concurso de Conceção para Realização e Implantação de Obra De Arte Escultórica em Espaço Público - Vale De Ílhavo, sobre o Tema: Cardadores”, e da entidade Adjudicante - “Município de Ílhavo”.

4. À exceção do conteúdo do invólucro «**CONCORRENTE**», nenhum outro elemento pode permitir, de forma direta ou indireta identificar os autores das propostas, sob pena de exclusão.

5. Os documentos apresentados não poderão, no todo ou em parte, ser divulgados em qualquer meio, antes que seja conhecido e tornado público o Relatório Final do Júri.

Cláusula 11.ª Lugar e data-limite para a apresentação dos documentos

1. O “**invólucro exterior**”, contendo todos os elementos da candidatura, podem ser entregues diretamente nas instalações da Câmara Municipal de Ílhavo ou remetido por serviços postais, através de correio registado com aviso de receção, sem indicação de remetente.
2. A receção das propostas deverá ocorrer até ao limite do prazo de 30 (trinta) dias, não se incluindo na contagem o dia da publicação.
3. No caso de a entrega ser feita diretamente, ao apresentante (que não pode indicar qualquer indício sobre a identidade do concorrente), é fornecido um recibo comprovativo da entrega, que não mencionará o nome do apresentante, devendo apenas ser datado, sem qualquer identificação.
4. Se o invólucro for enviado por serviço postal, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo por isso considerar-se tempestivamente apresentados os documentos que deem entrada depois da data e hora limites referidas no n.º 2,

Cláusula 12.ª Apresentação de vários projetos

1. Cada concorrente pode apresentar um ou mais trabalhos de conceção.
2. No caso de o concorrente apresentar mais do que um trabalho de conceção, deverá organizar, para cada um deles, propostas autónomas.

Cláusula 13.ª Critérios de Avaliação/Seleção das propostas/projetos

A seleção será efetuada ao concorrente que obtenha a pontuação mais elevada da classificação final, resultante das classificações obtidas em cada um dos fatores e subfactores, pela aplicação da seguinte formula:

$$CF = [A \times 0,15 + B \times 0,10 + C \times 0,15 + D \times 0,20 + E \times 0,15 + F \times 0,25]$$

Em que:

CF – Classificação Final

A – Qualidade da proposta

B – Coerência e adequação à paisagem urbana

C – Grau de conexão com a temática dos Cardadores e a valorização da identidade comunitária

D - Viabilidade económica, sustentabilidade, viabilidade técnica/exequibilidade, perenidade e custos de manutenção da proposta

E - Inovação, criatividade, originalidade conceptual, clareza visual e estética

F - Custo e prazo de execução

Fator (A) Qualidade da resposta aos objetivos consagrados nos presentes termos de referência (15%)

Este fator será avaliado com a seguinte pontuação:

Qualidade da Proposta	Pontuação
Nada satisfatório (Fora dos objetivos consagrados)	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

Fator (B) Coerência e adequação à paisagem urbana (10%)

Este fator será avaliado com a seguinte pontuação:

Integração no espaço urbano	Pontuação
Nada satisfatório	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

Fator (C) Grau de conexão com a temática dos Cardadores e a valorização da identidade comunitária (15%)

Este fator será avaliado com a seguinte pontuação:

Pertinência cultural	Pontuação
Nada satisfatório	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

Fator (D) Viabilidade económica, sustentabilidade, viabilidade técnica/exequibilidade, perenidade e custos de manutenção da proposta (20%)

O fator D é obtida através da seguinte fórmula:

$$D = VE*25\% + ScM*50\% + P*25\%$$

Em que:

VE- Subfactor viabilidade económica

ScM – Subfactor Sustentabilidade e Custos de Manutenção

P – Subfactor Perenidade

VE- Subfactor viabilidade económica

Este subfactor será pontuado com a seguinte avaliação:

VE: Viabilidade Económica (25%)	Pontuação
Sem viabilidade económica	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

ScM – Subfactor Sustentabilidade e Custos de Manutenção

Este subfactor será pontuado com a seguinte avaliação:

ScM: Sustentabilidade e Custos de Manutenção (50%)	Pontuação
Nada satisfatório	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

P – Subfator Perenidade

Este subfactor será pontuado com a seguinte avaliação:

P: Perenidade (25%)	Pontuação
Nada satisfatório	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

Fator (E) Inovação, criatividade, originalidade conceptual, clareza visual e estética da proposta (15%)

Este fator será avaliado com a seguinte pontuação:

Inovação, Criatividade, originalidade conceptual, clareza visual e estética da proposta	Pontuação
Nada satisfatório	0
Insatisfatório	1
Satisfatório	3
Bom	6
Muito Bom	10

Fator (F) Custo e Prazo de execução (25%)

O fator F é obtida através da seguinte fórmula:

$$(F)=CE*30\%+PE*70\%$$

Em que:

CE – Custo de execução

PE - Prazo de execução

Este subfactor será pontuado com a seguinte avaliação:

CE: Custo de Execução (30%) (valores sem IVA)	Pontuação
Até 40.650,00 euros	0
ENTRE 40.649,99 e 35.500,00 euros	1
ENTRE 35.499,99 e 30.000 euros	3
ENTRE 29.999,99 e 25.000 euros	6
Inferior a 25.000 euros	10

Este subfactor será pontuado com a seguinte avaliação:

PE: Prazo de Execução (70%)	Pontuação
Superior a 60 dias seguidos	0
Entre 51 e 60 dias seguidos	1
Entre 46 e 50 dias seguidos	3
Entre 30 e 45 dias seguidos	6
Inferior a 29 dias seguidos	10

Cláusula 14.ª Critério de desempate

1. Não se admitem classificações *ex aequo*.
2. Em caso de empate na avaliação das propostas aplicar-se-á o critério de desempate pela seguinte ordem:

- 1.º critério – A proposta que obtiver a maior pontuação no fator A) Qualidade da resposta aos objetivos consagrados nos presentes termos de referência.
- 2.º critério – A proposta que obtiver a melhor pontuação no subfactor PE – Prazo de execução do fator F) Custo e Prazo de execução.
- 3.º critério – Se o empate se mantiver, prevalece quem obtiver maior pontuação dos fatores pela seguinte ordem, B), C), D) E) e F).

Cláusula 15.º Abertura dos invólucros

1. Os invólucros exteriores serão abertos pelo júri, em sessão reservada, preservando o anonimato dos trabalhos apresentados.
2. O júri do concurso iniciará a sessão pela abertura dos invólucros exteriores atribuindo, de forma aleatória, um número a cada um desses invólucros.
3. O mesmo número atribuído ao invólucro exterior será apostado nos invólucros interiores.
4. Concluída a operação referida nos números anteriores, o júri procede à abertura do invólucro interior com a palavra “Trabalho”, deixando encerrado o invólucro com a palavra “Concorrente”.
5. Seguidamente, o júri analisa, avalia e ordena os trabalhos apresentados e contidos invólucro interior com a palavra “Trabalho”.

Cláusula 16.ª Exclusão

1. Não haverá lugar à ordenação de propostas, determinando-se a sua exclusão, quando se verifique um dos seguintes casos:
 - a) Os invólucros tenham sido apresentados após o término do prazo fixado;
 - b) Os documentos ou os invólucros apresentados contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o concorrente;
 - c) Não cumpram o disposto no Programa Preliminar, Anexo I ao presente Termos de Referência;
 - d) Apresentação de trabalho que determine que o preço contratual do projeto de execução a adquirir por ajuste direto ao abrigo do disposto na alínea g), n.º 1, do artigo 27.º do CCP, seria superior ao preço contratual definido no Caderno de encargos;
 - e) A não apresentação de qualquer elemento constante na cláusula 9.º do presente documento;
 - f) A não apresentação de trabalho de acordo com as regras constantes na cláusula 10.ª do presente documento;
 - g) O júri pode também propor a exclusão de projetos por inobservância das normas previstas nos Termos de Referência;
2. A exclusão de um concorrente, nos termos do número anterior será fundamentada pelo júri e constará do relatório final.
3. Após a elaboração do relatório, o júri procede à abertura do invólucro com a palavra “**CONCORRENTE**” e, caso detete que não foram apresentados os documentos solicitados na cláusula 8.ª aos presentes termos de referência, elabora novo relatório com a exclusão do trabalho correspondente.

Cláusula 17.ª Prémios

1. O montante global dos prémios é de € 7.500,00 (sete mil e quinhentos euros).
2. Aos concorrentes selecionados cujos trabalhos ficarem classificados em primeiro e segundo lugar, serão atribuídos, os seguintes prémios:
 - 1º Prémio: 5.000,00 € (cinco mil euros);

- 2º Prémio: 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros).
3. Aos autores dos restantes trabalhos, que se distingam pela sua singularidade, poderão ser atribuídas Menções Honrosas de natureza não pecuniária.
 4. Os prémios previstos no n.º 2 são pagos pela Entidade Adjudicante no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de notificação da decisão de seleção do Trabalho de Conceção, mas nunca antes da apresentação dos documentos de habilitação exigidos.
 5. O júri reserva-se o direito de não fazer a atribuição de qualquer prémio caso considere que a qualidade dos trabalhos não o justifique.
 6. O concorrente sobre cujo trabalho de conceção recaia a decisão de seleção com a classificação em 1.º (primeiro) lugar considera-se selecionado para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.
 7. Os valores acima mencionados incluem IVA à taxa legal em vigor e eventual retenção de impostos em sede de IRS, ambos se aplicável.

Cláusula 18.ª Concretização do Procedimento

1. O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pelo procedimento por Ajuste Direto para execução e implementação da proposta de “Escultura Cardadores” é de 40.650,00€ (quarenta mil e seiscientos e cinquenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme Anexo IV – Caderno de Encargos.
2. No preço base aludido no número anterior incluem-se todos os custos decorrentes do trabalho de criação, acompanhamento, execução e implantação do Escultura no local final, incluindo, os honorários do autor ou equipa concorrente.

Cláusula 19.ª Documentos de Habilitação

1. Os concorrentes sobre cujos projetos recaia a decisão de seleção e de atribuição de prémio devem apresentar, no prazo de 5 dias úteis a contar da data de notificação da decisão, os seguintes documentos, sob pena de caducidade da decisão de seleção do respetivo projeto:
 - a) comprovativos de que não se encontram em nenhuma das situações de impedimento previstas no art.º 55.º do CCP:
 - Situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social em Portugal** ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Situação regularizada relativamente a **impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Certificado de **registo criminal**, ou documento equivalente, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”:
 - I. No caso de pessoas em nome individual: do próprio;
 - II. No caso de entidades coletivas:
 - Dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções;
 - Da própria pessoa coletiva.
 - b) Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo IV** ao presente termos de referência.
 - c) Declaração de início de atividade, no caso de se tratar de pessoa em nome individual;

d) Cópia da certidão do registo comercial, ou o código de acesso à certidão permanente, ou cópia da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial;

e) Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (**RCBE**) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, se aplicável.

2. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, após notificação da entidade adjudicante.

3. No caso de um agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades deverá comprovar os requisitos indicados no número anterior, sob pena de caducidade da seleção do respetivo projeto.

4. Em caso de caducidade de seleção, por incumprimento do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar, seleciona o projeto ordenado em lugar subsequente, ocorrendo uma revisão da atribuição dos prémios.

Cláusula 20.ª Direitos de Autor

1. Os trabalhos ordenados em 1.º, 2.º lugares passarão, com o pagamento dos prémios pecuniários, a constituir propriedade do Município de Ílhavo, incluindo os respetivos direitos de autor, sem prejuízo de quaisquer direitos de natureza moral, conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 63/85, na sua redação atual, que estabelece o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

2. Os restantes trabalhos são propriedade dos seus autores, podendo ser usados pelo Município de Ílhavo para divulgação, exposição ou qualquer outro fim, mediante expressa autorização dos autores.

Cláusula 21.ª Destino dos Elementos Entregues

1. Os documentos que materializam os projetos premiados e aqueles a que tenham sido atribuídas menções honrosas, ficam na posse da Câmara Municipal de Ílhavo.

3. Os restantes, ficam à disposição dos seus autores, disponíveis para recolha, nas instalações da Câmara Municipal de Ílhavo, durante os 30 dias posteriores ao encerramento da exposição, se a ela houver lugar ou após a notificação da decisão de seleção dos trabalhos.

4. Depois do prazo estabelecido no número anterior, cessa a responsabilidade da Câmara Municipal de Ílhavo sobre o depósito dos elementos.

Cláusula 22.ª Notificações e Comunicações

As notificações e comunicações serão efetuadas de acordo com o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável em vigor, sob total anonimato.

Cláusula 23.ª Encargos dos Concorrentes

Todas as despesas inerentes à elaboração das propostas constituem encargos dos Concorrentes.

Cláusula 24.ª Contagem dos Prazos

1. A contagem de prazos decorre conforme disposto no Código do Procedimento Administrativo, bem como em conformidade com o disposto no artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Sempre que o termo do prazo coincida com dia em que os serviços da Entidade Adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

3. A transferência do termo do prazo decorrente do estabelecido no número anterior, não altera nenhum dos prazos subsequentes.

Cláusula 25.ª Legislação aplicável

A todas as questões omissas nos presentes Termos de Referência, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação aplicável.

Cláusula 26.ª Anexos

Anexo I Programa preliminar

Anexo II Declaração de participação

Anexo III Declaração relativa à autorização para exposição da proposta

Anexo IV Declaração para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

Anexo V Caderno de encargos

O Presidente da Câmara Municipal


JOÃO ANTÓNIO FILIPE CAMPOLARGO, Presidente da Câmara
Municipal de Sagres (Agrupamento)

João António Filipe Campolargo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

..... (nome, número do documento de identificação civil, número do contribuinte fiscal e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede)¹, com o telefone/telemóvel n.º, endereço de correio eletrónico, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos de referência do **“Concurso de Conceção para Realização e Implantação de Obra De Arte escultórica em Espaço Público - Vale De Ílhavo, sobre o Tema: Cardadores”**, declara, sob compromisso de honra, e sem quaisquer reservas, que:

- O trabalho que submete a concurso é da sua autoria, pelo que desde já assume toda e qualquer responsabilidade decorrente de reclamações de terceiros no que diz respeito a direitos de autor e direitos conexos, bem como de direitos de propriedade intelectual;
- Aceita integralmente as condições plasmadas nos termos de referência do concurso;
- Autoriza que o seu trabalho, caso seja ordenado em 1.º ou 2.º lugares, passe a constituir propriedade do Município de Ílhavo;
- Cede os direitos de autor relativamente ao seu trabalho ao Município de Ílhavo, caso o mesmo venha a ser ordenado em 1.º ou 2.º lugares.

Data e assinatura

¹ Aplicável apenas caso o concorrente seja pessoa coletiva

ANEXO III - DECLARAÇÃO RELATIVA À AUTORIZAÇÃO PARA EXPOSIÇÃO DA PROPOSTA

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) concorrente ao Concurso de Conceção denominado “**Concurso de Conceção para Realização e Implantação de Obra De Arte escultórica em Espaço Público - Vale De Ílhavo, sobre o Tema: Cardadores**”, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º de de de 2025 sob o Anúncio n.º declara, sob compromisso de honra, que autoriza a exibição dos documentos que constituem a sua proposta em exposições públicas que o Município de Ílhavo venha a realizar, nos termos previstos dos Termos de Referência.

..... (local)
..... (data)
..... (assinatura (1))

-
- (1) A presente declaração deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a presente declaração deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas)
..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes) concorrente ao “**Concurso de Concessão para Realização e Implantação de Obra De Arte escultórica em Espaço Público - Vale De Ílhavo, sobre o Tema: Cardadores**” publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º de de de 2025 sob o Anúncio n.º declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local)
..... (data)
..... (assinatura⁵)

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

⁵ A presente declaração deve ser assinada pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a presente declaração deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes

ANEXO I - PROGRAMA PRELIMINAR

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO

O Município de Ílhavo tem vindo, continuamente, a reconhecer a importância e a empenhar-se na requalificação dos espaços públicos no território municipal. Simultaneamente pretende reconhecer, enaltecer e enriquecer os valores tradicionais, simbólicos e identitários da comunidade.

Este concurso visa promover a valorização cultural e patrimonial da tradição dos Cardadores de Vale de Ílhavo, mediante uma obra de arte de carácter escultórico que articule significância histórica, cultural e urbanística, tendo em consideração as características específicas do espaço de intervenção e da referida tradição:

“Todos os anos, em Vale de Ílhavo, primeiro no Domingo Gordo e depois no dia de Carnaval, saem à rua um grupo mascarados conhecido como Cardadores - icónicas figuras desta localidade. Os Cardadores são um grupo exclusivamente masculino, na sua maioria solteiros e de origem perdida nas raízes do tempo, utilizando cardas – objetos tradicionalmente utilizado para o tratamento, na fiação e tecelagem, de lã ou linho. A sua preparação, que é efetuada através de um sigiloso processo de iniciação juvenil, inclui desde a execução das máscaras à aprendizagem dos rituais a ter durante os festejos, sobretudo a cardação das raparigas e as danças e urros que lhes são característicos. O traje do cardador define-se pelas máscaras que são feitas com cotim, pele de carneiro, cortiça, bigodes de vaca ou de boi, duas asas de ave, fio, gazetas (fitas), fio de vela e perfume “Tabu”. O traje é constituído por roupa interior de mulher: a combinação, um lenço de tricana, meias e sapatilhas.”

(in <https://www.visitilhavo.pt/o-que-te-faz-feliz/arte-e-patrimonio/carnaval-tradicional-de-vale-deilhavo>)

Pretende-se que os artistas concorrentes utilizem a sua liberdade na criação artística, interpretando de forma criativa a temática e a tradição dos Cardadores. Devem considerar o espaço urbano e o enquadramento onde a obra será inserida, garantindo que esta seja inovadora e exequível, de modo a assegurar a harmonia em termos de escala adequada, forma e estética. O Município de Ílhavo gostaria de ver uma solução vanguardista e arrojada quanto possível bem enquadrada no sítio, mas de fácil execução, implantação e manutenção.

LOCALIZAÇÃO

Apresenta-se, de seguida, uma imagem satélite com a localização do objeto do presente concurso.

O objetivo é implantar a obra de arte em Prédio Urbano pertencente ao Município de Ílhavo, no local indicado nas imagens abaixo, ou seja, no logradouro nascente da sede de “Os Cardadores de Vale de Ílhavo - Associação Cultural e Recreativa” – Com morada na Rua da Fonte, 5, 3830-279 Vale de Ílhavo, Ílhavo.

GPS: 40°34'20.8"N 8°39'10.8"W

Google Maps: 40.572435, -8.652999



Para garantir a visibilidade do elemento escultórico, poderá ser considerada a demolição do muro no logradouro nascente, ficando ao critério do artista a solução mais adequada, desde que devidamente justificada.

O artista pode propor outro local em espaço público de Vale de Ílhavo, com justificação e condições objetivas, no entanto, deverá apresentar a proposta base para o local indicado pelo Município de Ílhavo.

Caso a proposta aponte um local alternativo, o Júri poderá considerá-lo inviável, apresentando justificação.

O Júri avaliará, entre outros aspetos, nomeadamente, o enquadramento proposto, constrangimentos viários, segurança e visibilidade.

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

Os concorrentes, no âmbito do presente concurso, deverão observar o estabelecido no Plano Diretor Municipal (PDM) de Ílhavo, outros regulamentos municipais, bem como demais legislação e normas em vigor aplicáveis, em função da proposta apresentada.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O Concurso de Ideias visa selecionar uma obra de arte pública que celebre a tradição dos Cardadores de Vale de Ílhavo, promovendo a valorização cultural e a identidade comunitária. A proposta deverá refletir inovação, sustentabilidade e integração harmoniosa com o espaço urbano, respeitando as normas regulamentares e reforçando o sentido de pertença da população local.

Assim, a intervenção a realizar, deverá ser cuidadosamente pensada, até pela questão identitária.

A proposta a apresentar deverá refletir uma série de preocupações, que materializem um projeto verdadeiramente integrador ao nível conceptual e ao nível da execução:

- **Valorização Cultural e Identitária:**

Reinterpretação contemporânea da tradição dos Cardadores, promovendo o enaltecimento dos valores culturais e identitários da comunidade de Vale de Ílhavo.

- **Integração e Harmonia:**

Inserção harmoniosa da obra no espaço definido, respeitando as características urbanísticas e paisagísticas, com escala, forma e estética adequadas ao contexto envolvente.

- **Liberdade Criativa:**

Garantia de liberdade artística na conceção da obra, incentivando a inovação e a criatividade na interpretação da tradição.

- **Inovação e Sustentabilidade:**

Proposta vanguardista e arrojada, tecnicamente exequível, sustentável e de fácil manutenção, utilizando materiais duráveis e resistentes ao vandalismo.

- **Interação com a Comunidade:**

Proposta que promova o diálogo com o espaço urbano e incentive a interação comunitária, reforçando o sentido de pertença dos cidadãos.

- **Segurança:**

As propostas devem atender a regras de segurança, nomeadamente de estabilidade. Devem também assegurar que não haverá projeção da obra para o espaço exterior público, por forma a garantir-se sem obstrução a circulação de peões e/ou veículos.

A obra não deverá constituir-se como um elemento excessivamente exuberante, respeitando dimensões adequadas e evitando materiais com reflexos excessivos que possam encandear e provocar distrações perigosas e comprometer as circulações rodoviárias.

CrITÉRIOS de Avaliação

Os critérios de avaliação terão em consideração genericamente os Princípios Orientadores referidos anteriormente, ao que acresce:

- **Pertinência cultural:** Grau de conexão com a temática dos Cardadores e a valorização da identidade comunitária.
- **Inovação e criatividade:** Originalidade do conceito e estética proposta.
- **Integração no espaço urbano:** Coerência e adequação à paisagem urbana e ao contexto sociocultural.
- **Viabilidade técnica:** Exequibilidade da proposta, considerando tempo de execução, recursos materiais e manutenção.
- **Sustentabilidade:** Uso de materiais duráveis e abordagem sustentável.
- **Interatividade:** Capacidade da obra de promover a interação com a comunidade e reforçar o sentimento de pertença.
- **Tempo de execução e implantação da obra artística:** tão reduzido quanto possível, no máximo de dois meses após a adjudicação.
- **Custo de execução e implantação da obra artística:** tão reduzido quanto possível, não ultrapassando o valor máximo estabelecido.

Com base nos princípios supracitados, as propostas serão avaliadas e selecionadas com base numa fórmula aritmética constante no Termos de Referência, cujos **CrITÉRIOS de Avaliação** objetivos são os seguintes:

- Qualidade da resposta aos objetivos consagrados nos termos de referência:

Qualidade da Proposta

- Coerência e adequação à paisagem urbana:

Integração no espaço urbano

- Grau de conexão com a temática dos Cardadores e a valorização da identidade comunitária:

Pertinência cultural

- Viabilidade económica, sustentabilidade, viabilidade técnica /exequibilidade, perenidade e custos de manutenção da proposta:

Viabilidade Económica

Sustentabilidade e Custos de Manutenção

Perenidade

- Inovação, criatividade, originalidade conceptual, clareza visual e estética da proposta:

Inovação, Criatividade, originalidade conceptual, clareza visual e estética da proposta

- Custo e Prazo de execução:

Custo de Execução

Prazo de Execução

PROGRAMA

Exigências da Intervenção, Técnicas e Operacionais

- **Montagem eficiente:**

Obra de arte, estruturalmente preparada para montagem e desmontagem, com logística simplificada.

- **Infraestruturas mínimas:**

Utilização mínima de infraestruturas, se possível apenas energia elétrica para iluminação cénica de baixa intensidade.

- **Resistência e durabilidade:**

Utilização de materiais não perecíveis, resistentes a intempéries, vandalismo e de fácil manutenção.

- **Localização**

A intervenção será implantada no espaço indicado pelo Município de Ílhavo, ou noutro alternativo, nos termos acima referidos.

Os projetos de especialidades, caso necessários para execução e implementação da obra de arte, nomeadamente, Projeto da obra, Projeto de estabilidade, Projeto de arranjos exteriores, Projeto elétrico de iluminação, Plano de prevenção e gestão de resíduos da construção, serão da responsabilidade do autor.

Prémios e Incentivos

- **1º Prémio: 5.000€;**

+ adjudicação da produção da obra pelo valor adicional de 40.650,00€ + iva, para a realização formal da obra e sua implantação no local final, incluindo, os honorários do autor ou equipa concorrente

- **2º Prémio: 2.500€.**

Menção Honrosa: Certificado de reconhecimento.

Produção e execução:

A Escultura deverá estar implementada no prazo máximo de 2 meses, após a assinatura do contrato do Ajuste Direto.

Logística e Responsabilidades

É da Responsabilidade do artista, gerir toda a produção e instalação da obra, conforme projeto apresentado, assegurando cumprimento de prazos, legislação, regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

Considerações Finais

A intervenção deve respeitar a narrativa histórica e cultural dos Cardadores de Vale de Ílhavo, mas abrir espaço para uma leitura contemporânea que conecte passado e presente. O objetivo é criar um marco artístico permanente que celebre a memória coletiva, estimule a identificação comunitária e reafirme a identidade local.